

Senado aprova Desenrola e define teto ao rotativo

Projeto da renegociação de dívidas pressiona bancos a limitarem juros do cartão de crédito

DEBRÁSILIA

O Senado aprovou ontem projeto de lei com as regras do Desenrola, programa de renegociação de dívidas lançado pelo Governo Federal. O texto, que também definiu limite para os juros no crédito rotativo do cartão, cujas taxas são cobradas quando o cliente não faz o pagamento integral da fatura. Falta apenas a sanção presidencial.

A votação foi feita de forma simbólica, quando não há o registro individual do voto de cada parlamentar, e os senadores mantiveram o mesmo texto aprovado pela Câmara, seguindo um acordo feito entre o relator, o senador Rodrigo Cunha (Podemos-AL), e a equipe econômica.

O governo tinha pressa para aprovar a matéria porque a medida provisória que criou o programa perderia a validade ontem. Sem o projeto de lei, o Desenrola, que entra agora em nova fase, incluindo quem ganha até dois salários mínimos ou que recebe benefícios sociais, seria suspenso.

Pelo texto, o limite para os juros do rotativo será aplicado caso os bancos não apresentem em 90 dias, a contar da publicação da lei, proposta de autorregulamentação ao Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na falta dessa proposta, o projeto prevê que será aplicado um teto que limita a dívida ao dobro do montante original. Nessa situação, o débito pode, no máximo, dobrar de tamanho com a aplicação dos juros.

Hoje, depois de 30 dias no rotativo, os clientes são transferidos para o parcelamento com juros da dívida.



MATHEUS TAGÉ - 11/6/21

Se bancos não anunciarem alternativa em 90 dias, débito poderá no máximo dobrar de tamanho com juros

BANCOS

O Desenrola negociou R\$ 15,8 bilhões em julho, agosto e setembro, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Esse volume se refere exclusivamente à Faixa 2, no qual os débitos bancários são ajustados diretamente com a instituição financeira em condições especiais. No período, 2,22 milhões de contratos de dívidas foram renegociados, beneficiando 1,79 milhão de clientes. Além disso, 6 milhões de negativados limparam o nome, benefício dado a quem devia até R\$ 100 apenas em bancos. A faixa 1, voltada à renda até dois salários mínimos, começou em setembro. "A cada semana, o Desenrola comprova ser instrumento importante na renegociação de dívidas bancárias, que beneficia as famílias brasileiras e, ao mesmo tempo, a economia como um todo, ao reduzir as dívidas da maior quantidade possível de pessoas", afirma o presidente da Febraban, Isaac Sidney.

As taxas dessa linha do cartão são os mais altos do mercado, com média superior a 440% ao ano, segundo o Banco Central. No parcelado após 30 dias, a média é de quase 200% ao ano.

A discussão da proposta provocou uma briga entre bancos e credenciadoras de cartão que acabou parando até no Conselho Nacional

de Autorregulamentação Publicitária (Conar), que mandou tirar do ar anúncio que acusava os bancos de querer acabar com a modalidade de parcelamento sem juros.

Na época da aprovação do texto na Câmara, no início de setembro, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou nota

dizendo que "limites artificiais de juros impactam na oferta de crédito".

O texto chancelado no Senado, porém, não trata do fim do parcelamento de compras sem juros, modalidade apontada pelos bancos como responsável pelas altas taxas de juros.

Em outra decisão, foi mantido no texto mecanismo para incentivar a portabilidade do saldo devedor da fatura do cartão de crédito. Nessa alternativa, o consumidor pode transferir sua dívida para outro banco com taxas menores, mas na prática ela é pouco usada pela população.

O Banco Central já está estudando maneiras de aprimorar o processo via open finance - que permite o compartilhamento de dados bancários pessoais - como parte das medidas que poderiam reduzir o custo do rotativo. (Estadão Conteúdo)

Varejo adere em peso a parcelado sem juros

■ Nove em cada dez varejistas - 89,6% - parcelam sem juros no cartão de crédito para efetivar ao menos parte de suas vendas, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Esses estabelecimentos somam um faturamento anual equivalente a R\$ 2,841 trilhões

O levantamento foi conduzido com uma amostra de 6 mil empresas de todos os portes e segmentos do varejo, nas 26 capitais e no Distrito Federal. A amostra corresponde a 2 milhões de varejistas, com margem de erro de 3%.

"A CNC defende o parcelado sem juros, porque comércio e serviços têm grande dependência dessa forma de pagamento nas vendas", aponta a entidade.

Do comércio varejista em todo o País, 47% ou 1,064 milhão de empresas, que representam R\$ 1,493 trilhão em faturamento anual, têm metade dessa arrecadação dependente das vendas parceladas.

Para 29,3% dos varejistas, equivalente a 663 mil empresas com faturamento estimado em R\$ 929 bilhões por ano, as vendas no parcelado sem juros representam entre 50% e 80% do total arrecadado. Outros 13,2% - 297 mil empresas, com faturamento de R\$ 418 bilhões anuais, têm a fatia de vendas parceladas superior a 80%. Os demais 10,4% não souberam responder.

"A pesquisa mostra a relevância do parcelamento nas vendas do comércio e a consolidação do cartão de crédito como um condicionante do consumo nos últimos anos", diz o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

"Para a CNC, é necessário encontrar uma solução para racionalizar as taxas de juros exorbitantes, que che-

ENDIVIDADOS

12,7

por cento

Essa é a proporção de famílias que não têm condições de pagar suas dívidas, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da CNC, um recorde desde o início do estudo, em 2010

gam a impressionantes 440% ao ano, seguindo o modelo implementado no cheque especial no início de 2020".

DEFESA DO PARCELAMENTO

A CNC diz que entregou ao Ministério da Fazenda, no mês passado, o estudo e o posicionamento da entidade em favor da manutenção do parcelamento sem juros no cartão de crédito "sem intervenção nas condições de mercado, além da racionalização da taxa de juros do rotativo do cartão de crédito".

"A busca por um consenso entre consumidores, bancos, varejistas e órgãos reguladores continua sendo o caminho mais promissor para garantir condições de consumo favoráveis e fomentar o crescimento econômico", afirma a economista responsável pelo estudo da CNC, Izis Ferreira.

"Na hipótese do fim do parcelamento sem juros, diversos produtos e serviços simplesmente deixariam de ser consumidos pela maior parte da população, que depende de prazo para as compras", conclui. (EC)